

Caos, golpe parlamentar e populismo: desafios e obstáculos da democracia contemporânea¹

DOI: <https://doi.org/10.32870/cl.v1i32.8095>

Rafael Marchesan Tauil *

ORCID: 0000-0003-2180-1707

Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo

Este artigo examina transformações na democracia moderna a partir das ideias de Pierre Rosanvallon, Wanderley Guilherme dos Santos e Giuliano Da Empoli. Os três autores argumentam que a democracia enfrenta alterações significativas que podem ameaçar seu funcionamento. Rosanvallon, em *O século do populismo* (2021), discute a indeterminação e mutação democráticas, enquanto Santos, em *Democracia impedida* (2017), e Empoli, em *Os engenheiros do caos* (2024), analisam fenômenos específicos, como o golpe parlamentar e a engenharia do caos. Rosanvallon adota uma visão ampla, tratando a democracia como um todo dinâmico, enquanto Santos e Empoli focam em elementos isolados que desafiam sua estabilidade. O artigo propõe que esses fenômenos, embora comprometam a democracia, não impedem sua continuidade, sendo formas de indeterminação democrática no contexto político atual.

Palavras-chave: populismo, democracia, caos, golpe parlamentar

Chaos, parliamentary coup and populism: challenges and obstacles of contemporary democracy

Abstract

This article examines transformations in modern democracy based on the ideas of Pierre Rosanvallon, Wanderley Guilherme dos Santos, and Giuliano Da Empoli. The three authors argue that democracy is undergoing significant changes that could threaten

* Pós-doutorado pelo Departamento de Ciência Política – USP e professor de teoria política na USJT. Contacto: rafaeltauil@hotmail.com

Marchesan Tauil, R.

its functioning. Rosanvallon, in *The Century of Populism* (2021), discusses democratic indeterminacy and mutation, while Santos, in *Blocked Democracy* (2017), and Empoli, in *The Engineers of Chaos* (2024), analyze specific phenomena such as parliamentary coups and chaos engineering. Rosanvallon takes a broad perspective, viewing democracy as a dynamic whole, while Santos and Empoli focus on isolated elements that challenge its stability. The article proposes that these phenomena, while compromising democracy, do not prevent its continuity, representing forms of democratic indeterminacy in the contemporary political context.

Keywords: populism, democracy, chaos, parliamentary coup

Golpe e caos como indeterminações democráticas

Um número considerável de trabalhos acadêmicos sobre populismo, mutação e declínio democrático vêm sendo produzido ao longo das duas últimas décadas (Ortega, 2024; Cox, 2018; De La Torre, 2018; Dean E Manguashca, 2020; Finchelstein, 2019; Gerbaudo, 2023; Gidron E Hall, 2020; Lynch e Cassimiro, 2022). A ideia de que o populismo se transformou em um vírus de capacidade pandêmica e a noção de que a democracia está em franca decadência tem orientado os mais diversos tipos de pesquisa (Przeworsky, 2020; Levitsky e Ziblatt, 2018; Mounk, 2019; Castells, 2018). De forma paralela, a academia também tem se dedicado à tentativa de compreender as transformações pelas quais a democracia tem passado na atualidade (Urbinatti, 2019; Applebaum, 2021; Levitsky E Ziblatt, 2023; Sandel, 2023; Melo e Pereira, 2024). Embora não haja consenso, este conjunto de pesquisadores tem procurado entender o que, de fato, está ocorrendo com a democracia e por que ameaças autoritárias têm parecido cada vez mais frequentes.

Uma das chaves interpretativas mobilizadas com mais frequência para se compreender parte das transformações democráticas é, justamente, a ideia de populismo. Isto porque o populismo possibilita a leitura desta realidade em transformação a partir de diferentes perspectivas, entre estas a de que o populismo deve ser entendido como ontologia política (Laclau, 2005), como ideologia (Mudde, 2017) ou como mutação democrática (Rosanvallon, 2021).

Neste trabalho é a última chave que nos interessa e nos orienta. Isto porque entendemos que as formulações teóricas aqui debatidas – golpe parlamentar e engenharia do caos – devem ser compreendidas não como ameaça ou constrangimento ao regime democrático, mas sim como transformação que ocorre em seu interior, como propõe a teoria formulada por Pierre Rosanvallon.

O intuito da discussão proposta é compreender como as ideias de Santos e Empoli podem ser iluminadas através da noção de populismo como indeterminação/mutação democrática. Os dois autores buscam demonstrar em suas obras que, a despeito de antidemocráticos, tanto o golpe parlamentar quanto a polarização proveniente da engenharia do caos, vieram para compor de forma definitiva o cenário dos regimes democráticos da maior parte dos países que a adotam.

A ideia de populismo como indeterminação/mutação democrática, sintetizada no livro *O século do populismo* (2021) é fruto de um conjunto de pesquisas que Rosanvallon vem realizando há quase 30 anos e sete obras são fundamentais para se compreender esta construção (1992; 1998; 2000; 2006; 2008; 2011; 2015). A teoria rosanvalloniana sobre a democracia coloca em foco elementos que compõe a democracia em sua essência e não em sua forma procedimental. Para o autor, não é o funcionamento procedimental, como

advogam os institucionalistas, que é capaz de determinar se um regime é ou não democrático, mas sim a essência de suas aporias estruturantes.

Sua preocupação se volta nesta obra para questões relacionadas à concepção de vontade geral, às noções de povo e plebe, à concepção de representatividade, entre outros elementos. É a partir desta perspectiva que Rosanvallon interpreta o populismo como forma de mutação democrática. Isto porque, à despeito do bom funcionamento da engenharia institucional e procedimental que a compõe, a simplificação de suas aporias estruturantes – em sua forma direta, polarizada e imediatista – ameaça de morte a essência que sustenta o regime desde dentro.

Rosanvallon vê o populismo como uma resposta política à crise contemporânea da democracia e da coesão social. Esta resposta tem como uma de suas características, segundo o autor, uma forma que separa a sociedade entre o interesse popular encarnado pela figura do líder e a capacidade que as instâncias políticas representativas têm em responder a estes interesses. Para Rosanvallon, o populismo enquanto indeterminação democrática, deve ser pensado como dimensão importante da cultura política original a orientar e definir a cartografia política da atualidade.

É a partir desta concepção que sua teoria se afasta daquelas que compreendem o populismo como patologia democrática. Para o autor, a democracia não deve ser compreendida como completude, como se existisse um projeto democrático acabado, do qual o populismo se apresentaria como desvio. Rosanvallon compreende a democracia enquanto processo, dotado de conflitos permanentes e instabilidades, de modo que as indeterminações estruturais que constituem sua formação estariam sempre a atualizá-la.

Em sua interpretação, o populismo não se constitui enquanto patologia a consumir a democracia por fora, como um predador, mas sim como uma forma de mutação interna que coloca em xeque sua existência, através de uma relação quase parasitária. O populismo seria, portanto para ele, a representação de um tipo de democracia limite que tem na forma polarizada sua essência, encarnando um reducionismo simplório do ideal e do *ethos* democrático.

Conceitualmente, a anatomia do populismo como indeterminação democrática proposta por Rosanvallon pode ser compreendida a partir da seguinte estrutura: 1 – formulação de uma concepção falseada de povo-uno, não classista e instado a combater “inimigos” internos e externos; 2 – incentivo a uma polarização baseada na legitimidade eleitoral e na desvalorização dos corpos democráticos intermediários e de suas respectivas instituições; 3 – simulação de uma entidade representativa, compreendida como encarnação da vontade geral através da figura de “homem-povo”; 4 – exaltação da soberania popular através de um movimento de afirmação nacional-protetionista que deve combater “inimigos externos” através de uma perspectiva econômica e identitária; e 5 – mobilização de um “regime” de paixões e emoções através de narrativas e teorias conspiratórias no combate ao “inimigo”.

Além desta anatomia conceitual, Rosanvallon chama a atenção para alguns outros elementos que têm sido capazes de transformar a democracia, entre eles, a mobilização de uma preferência pela forma direta de democracia, a adoção de uma visão polarizada e hiper-eleitoralista da soberania do povo versus as instituições de intermediação democráticas e, por fim, a tentativa de apreender a vontade geral como sendo suscetível de se exprimir de forma completamente espontânea.

Estas categorias também são discutidas nos dois primeiros capítulos e no capítulo final, demonstramos como o golpe parlamentar e a engenharia do caos contribuem com a indeterminação democrática e suas mutações correspondentes. A intenção é demonstrar como o golpe parlamentar e o perigo que ameaça as aporias estruturantes da democracia, através da propagação do caos e de teorias conspiratórias, colocam os regimes democráticos sob ameaça, possibilitando a instauração da democratura na atualidade².

Marchesan Tauil, R.

A atualidade do golpe parlamentar

A ideia de golpe parlamentar adotada por Santos nesta obra conjuga uma perspectiva singular que alia interpretação histórica e conjuntural na compreensão dos golpes parlamentares em democracias da atualidade. A formulação teórica deste tipo de fenômeno e sua perspectiva interpretativa respectiva nos fornece importante subsídio no entendimento de situações em que o poder muda de mãos sem a intermediação das instituições democráticas e seus protocolos eleitorais correspondentes, mas também sem a utilização da violência física como forma de ascensão.

O autor inicia a obra, caracterizando o momento democrático atual a partir da ideia de ruptura civilizatória, segundo a qual estaríamos vivendo a passagem de uma democracia como forma de liberdade e autonomia para uma democracia como forma de riqueza sem limites ou poder legítimo de constrangimento. Neste cenário, teriam sido normalizados alguns mecanismos de substituição de ocupantes do poder governamental através de vias não eleitorais, dentre os quais, o golpe parlamentar seria o melhor representante. Desta forma, segundo Santos, o golpe parlamentar pode e deve ser caracterizado como uma invenção das democracias modernas.

Neste cenário, a aceleração do tempo e a disjunção entre fins e meios estariam levando a política a um nível de dissolução da semântica comunitária, na qual uma visão comum de mundo possível se torna inviável. O processo estaria em curso devido, entre outros fatores, à extinção da subjetividade pelo materialismo vulgar das leis do livre mercado. Nesta realidade, instrumentos como a mídia, os meios de comunicação e as instituições tradicionais estariam perdendo sua capacidade de oferecer um sentido mínimo à vida do cidadão, levando-o a um enorme grau de insatisfação com a democracia.

A disjunção mencionada anteriormente seria resultado dos processos de especialização da força de trabalho decorrente dos avanços industriais e da complexificação social que, entre outras consequências, passam a estabelecer enorme diferenciação entre as metas e expectativas do eleitor médio. A multiplicação destes interesses passa a se converter na organização dos diferentes participantes na disputa distributiva, pela qual o estado é um dos maiores responsáveis.

Santos nota que a especialização não torna as demandas cidadãos complementares, mas sim concorrentes e assevera que a pluralidade social proveniente da democracia e do livre-mercado submete o sistema público de decisão a uma constelação de diferentes pressões derivadas da desigualdade na distribuição de renda. A desigualdade econômica que se manifesta no nível político é resultado de um capitalismo que não encontra a resistência do socialismo de décadas atrás e, que, portanto, domina de forma avassaladora as instituições políticas que outrora serviram de barreira de contenção ao sistema.

Segundo o autor, a decepção popular com a democracia está assentada no fato de que esta já não oferece resposta aos dilemas e dificuldades colocadas pelo fantasma malthusiano. De acordo com a perspectiva de Santos, a insatisfação com a democracia não teria a ver com nostalgias populares em relação a ditaduras e regimes autoritários, mas sim com os efeitos colaterais do próprio sistema, do qual seu efeito reverso e a indivisibilidade dos efeitos das políticas públicas seriam os maiores algozes. O fato de que nos sistemas democráticos os interesses atendidos aparecem sempre em menor quantidade que os interesses contrariados faz com que o sistema entre em colapso, tendo o golpe parlamentar como filho bastardo e melhor representação.

A esterilização das instituições do sistema democrático e a captura do poder decisório de forma não despótica por um número limitado de agentes do processo produtivo seria consequência compatível com o processo de multiplicação das demandas sociais e políticas descoladas do processo de soma característico do crescimento econômico descritos por Toqueville (2016; 2019). Neste sentido, o desapontamento com a democracia seria proveniente de seu pleno funcionamento, diante de um cenário em que o sistema e suas instituições permanecem os mesmos, mas as bases materiais que lhe dão sustentação são radicalmente

modificadas de acordo com as leis do mercado.

Santos mobiliza uma perspectiva interpretativa singular ao explicar o surgimento do golpe parlamentar como consequência de alterações presentes na transformação da ecologia política mundial. Segundo o autor, a partir das mudanças no padrão produtivo e tecnológico, teríamos passado de uma ecologia orgânica com a qual seriam compatíveis regimes oligárquicos para uma ecologia fóssil, da qual a democracia seria o equivalente natural no plano político.

Ainda no campo da ecologia política, teríamos passado de um momento de estabilidade improdutiva (do qual a oligarquia seria o equivalente mais óbvio) para um momento de instabilidade produtiva (do qual a democracia seria o sistema equivalente). Esta mudança no plano econômico-produtivo é capaz de explicar a diferença no formato dos golpes de 1964 e 2016. Teria havido, segundo Santos, valendo-se da perspectiva de Engels, uma mudança entre quantidade e qualidade, a partir da qual mudanças quantitativas podem induzir dramáticas mudanças qualitativas.

Neste ponto repousa a ideia de que o golpe parlamentar é fruto do processo de complexificação das sociedades e de suas respectivas bases materiais. Daí se compreende o fato de a prática golpista não se constituir à margem da democracia, mas como parte de seu funcionamento, não amputando, por exemplo, as prerrogativas funcionais de suas instituições, que passam a ser apenas alteradas, funcionando a serviço dos golpistas.

O golpe parlamentar mantém intactos os ritos costumeiros e obedece a um protocolo específico na proposição de leis e na utilização das rotinas mobilizadas para a subversão política, social e econômica da ordem política destituída. As mudanças do golpe não residem em uma simples substituição dos governantes legítimos pelos golpistas, cabe aos golpistas traduzirem “democraticamente” o acordo oportunista proposto pelos agentes estratégicos que passam a ocupar a máquina do poder.

Daí decorre sua respectiva instabilidade. Na maior parte dos casos, no golpe parlamentar não ficam previamente estabelecidos os atores políticos que passarão a ocupar o vácuo de poder deixado pelo governante demovido e, a partir deste cenário, a legalidade passa a ser disputada pelos agentes que pretendem ocupar os espaços de poder. A instabilidade do golpe parlamentar não desaparece com a simples substituição dos golpeados e é também decorrente de uma crise de legitimidade que se instala. A crise decorre do fato de que não há razão legítima para que aqueles que se opõem ao governo golpista respeitem as regras do novo jogo, uma vez que os próprios golpistas não respeitaram as regras que organizavam o jogo anterior.

Santos caracteriza o golpe parlamentar como uma forma de interação entre conflito e cooperação em que os participantes, empenhados em vitórias pontuais, não ultrapassam os limites capazes de assegurar a reprodução do status quo. O golpe seria, portanto, uma situação limite na qual os ocupantes do poder são substituídos, mas sem uma ruptura significativa no plano das instituições. Por isso sua caracterização do golpe como invenção da instabilidade produtiva, um modelo social e político em que as instituições democráticas são preservadas, ainda que não salvaguardado seu *ethos*, e que a economia segue seu caminho, livre de intervenções que a impeçam de garantir o interesse dos que mais possuem.

Ainda no plano da ecologia política, é claro para Santos, valendo-se de um conjunto considerável de dados, o fato de que o golpismo está intimamente relacionado com a preservação dos interesses das elites econômicas que dominam o cenário plutocrático da atualidade. Neste sentido, os golpes parlamentares têm lugar geralmente em contextos sociais em que estiveram presentes processos de distribuição de renda realizados por governos de inclinação popular. Os golpes seriam resultado da tensão estabelecida entre tentativas governamentais de inclusão social *versus* a plutocracia empresarial/financeira.

Em um cenário no qual o destino dos pobres endividados depende cada vez mais do apetite especulador do mercado e em que assistimos a transformação dos assalariados em tomadores de crédito inadimplentes e

Marchesan Tauil, R.

mergulhados na cultura do consumo, qualquer iniciativa governamental em nome da redistribuição da renda é vista como a mais radical ameaça comunista.

É também, segundo o autor, neste cenário de instabilidade e precariedade das relações na estrutura de produção que a corrupção é mobilizada sempre que se faz necessária a tomada do poder pelos golpistas. A conivência das elites conservadoras nos golpes parlamentares e sua respectiva resistência às políticas redistributivas geralmente se traduzem nos mais variados tipos de denúncias de corrupção contra governos populares.

É curioso notar que é justamente no campo pantanoso das denúncias de corrupção que se movem as denúncias de violação das regras da administração pública direcionadas aos que são golpeados. A narrativa da corrupção como chave explicativa para justificar a legitimidade do golpe conta com o apoio midiático golpista e, além disso, com a conivência de um judiciário que passa a realizar malabarismos interpretativos em relação à constituição que deveria preservar e defender. A ausência de alterações legais explícitas no processo golpista caracteriza esta nova modalidade de ruptura governamental que não violenta explicitamente o consenso democrático protegido pelas instituições.

Ascensão e manutenção do poder através da engenharia do caos

Assim como Santos, Empoli discute em sua obra mais recente, a engenharia do caos como elemento determinante do fazer democrático do século XXI. Sua formulação teórica busca demonstrar de que forma novos atores políticos (nem sempre a partir das estruturas institucionais da política tradicional) passaram a compor um cenário político cada vez mais fragmentado e pressionado pela lógica de aceleração das relações de produção neoliberais que ditam o ritmo de todas as outras lógicas da vida.

A ideia de engenharia do caos está baseada na análise de alguns casos práticos específicos, denominados como nacionais populistas pelo autor. Entre os casos, Empoli destaca a eleição de Donald Trump nos EUA, de Orban na Hungria, do Movimento 5 estrelas na Itália e a vitória do BREXIT no Reino Unido, como exemplos de um mesmo fazer político, que se baseia na disseminação do medo, do ódio e do caos como formas de mobilização de maiorias eleitorais.

Sua teoria se baseia na ideia de que estaríamos passando atualmente por uma profunda transformação na natureza do jogo democrático. O jogo, que outrora fora utilizado em busca de compor maiorias em torno de denominadores comuns, teria agora como objetivo a separação e segregação como forma de atingimento dos objetivos políticos.

É neste cenário que se pode perceber a ocorrência de um processo de corrosão da democracia, a partir do momento em que esta passa a ser operacionalizada a partir de um punhado de cliques, sem a participação de seus corpos de intermediação. Movimentos como o 5 Estrelas na Itália passam a funcionar a partir de consensos capturados através de algoritmos e a democracia passa a ter como único objetivo a satisfação, de modo rápido e eficaz, das demandas de consumidores políticos, através de uma mentalidade comercial a orientar a pedra fundamental de uma espécie de partido-empresa.

Esta nova forma democrática seria resultado de uma forma de impaciência legítima sentida por indivíduos sem disposição para esperar o tempo da democracia e de seus rituais “demorados” e “ineficazes”. O eleitor contemporâneo se acostumou a ter suas necessidades atendidas antes mesmo de as mesmas terem sido completamente formuladas, o que vem tornando impossível a espera característica demandada por sistemas democráticos e plurais.

É neste ambiente – que tinha na política tradicional como vencedor aquele que conseguisse ocupar o centro da arena política – que vencerá aquele que conseguir identificar temas particulares e explorá-los de

forma rápida através de campanhas de comunicação individualizadas, polarizando ainda mais o ambiente já degradado por uma rivalidade radicalizada. O imediatismo polarizado fez com que a lógica convergente da velha política que marginalizava no passado os extremistas, passasse agora a valorizá-los.

Os extremistas, segundo Empoli, teriam se tornado, em todos os níveis e sentidos, o centro do sistema e este movimento centrífugo estaria transformando a política em um sistema cada vez mais instável e imprevisível. Tal extremismo, fomentado através dos algoritmos instaurados e desenvolvidos pelos engenheiros do caos, dá a cada indivíduo a sensação de estar ocupando o coração de um levante histórico e de ser ator de uma história em que ele se via eternamente condenado a participar apenas enquanto coadjuvante. Além disso, o narcisismo massificado, fomentado por figuras como Trump, faz parecer que as velhas regras, protocolos e rituais do regime democrático foram escritos para “perdedores” que não tem a coragem de se opor ao sistema.

Segundo Empoli, a Itália e o Movimento 5 Estrelas podem ser considerados os berços desta nova forma democrática, moldada pela internet e pela tecnologia. Na Itália teria nascido esta forma de tecnopopulismo pós-ideológico fundado não em ideias, mas em algoritmos disponibilizados pela engenharia do caos. Tal engenharia é hoje, não apenas na Itália, capitaneada por técnicos que tomaram as rédeas do movimento político e passaram a fundar partidos, escolher candidatos e tomar importantes decisões dentro do regime democrático.

A engenharia do caos funciona a partir de uma lógica simples em que técnicos através da internet conseguem identificar quais temas e demandas geram mais engajamento a partir do retorno dos usuários da rede num processo de interação constante baseado em algoritmos. Além disso, técnicas como o *microtargeting* realizam análises demográficas sofisticadas – além de sondagens de boca de urna em épocas de eleição entre eleitores – que permitem identificar os diferentes grupos para onde devem ser enviadas mensagens específicas.

Graças à internet, hábitos, preferências, opiniões e emoções passaram a ser dados mensuráveis e, assim como na física, é possível prever o comportamento de determinados conglomerados humanos. Os modos de agir se tornam previsíveis uma vez que é possível medir o comportamento médio de uma dada amostra de indivíduos. Isto porque, o sistema, tomado em seu conjunto, possui características e obedece a regras que tornam determinadas evoluções possíveis. Esta engenharia impõe novas dinâmicas aos regimes democráticos, uma vez que passam a vencer as eleições não aqueles que tem as melhores propostas de governo, mas sim os que melhor preveem o comportamento humano através destas técnicas e direcionam as mensagens mais pertinentes.

Tornou-se possível hoje a identificação de correlações de informação através de sistemas que permitem a realização de modificações em parâmetros específicos que incidem sobre determinados conjuntos de dados. A partir dos “cliques” é possível a realização de testes contínuos através da modificação do teor e da forma de mensagens direcionadas para públicos específicos. Pode-se, por exemplo, identificar não apenas quem são os apoiadores de determinado candidato, mas também eleitores que estariam dispostos a mudar sua opção na hora do voto.

O Facebook permite, por exemplo, o teste de milhares de mensagens de forma simultânea e em tempo real. A partir destes testes, é possível o envio de mensagens de temas distintos para eleitores diferentes do mesmo candidato. Isto torna possível a conquista do voto baseado na compreensão de características individuais de cada eleitor. Abordam-se assim argumentos controversos e se endereçam mensagens a grupos específicos, mas sem correr o risco de perder o apoio de eleitores que votam no mesmo candidato, mas pensam de forma diferente.

Se no passado, indivíduos ressentidos com a exclusão do *establishment* político e econômico precisavam, para chegar ao poder, passar por ritos democráticos, como entrar em um partido político, aderir a uma determinada ideologia, compor alianças e subir degraus na administração local, hoje podem acessar o poder

Marchesan Tauil, R.

com rapidez através da tecnologia, sem precisar se submeter a regras e rituais incompreensíveis para uma geração acostumada com a velocidade da internet.

A engenharia do caos, com sua arquitetura aparentemente aberta, dá a impressão de que qualquer cidadão comum pode participar do poder político de forma igualitária a partir das bases. Segundo Empoli, esta possibilidade de participação não passa de uma ilusão, uma vez que o poder político real nestes casos é completamente bloqueado e controlado por uma cúpula. A arquitetura aberta funciona para ele, na verdade, através da estrutura de trabalho de um formigueiro, onde as formigas seguem uma série de regras aplicadas a cada indivíduo, por meio das quais se determina uma organização aparentemente aberta e descentralizada.

Apesar desta aparente descentralização, o sistema funciona a partir das ordens que vem de cima, a partir da orientação de um demiurgo, que mira o formigueiro de longe e determina o caminho de sua evolução. Trata-se de uma falsa sensação de participação na tomada de decisão, pois, embora a formiga operária tenha um papel na estrutura dinâmica do formigueiro, não é ela quem determina os rumos e caminhos a serem tomados. Esta auto-organização funciona de forma eficaz no fomento da ilusão de participação popular e se combina com perfeição com a insatisfação dos cidadãos cansados com a exclusão do *establishment*.

Para que continue funcionando de forma eficiente, esta arquitetura ilusória precisa contar com um número vantajoso de participantes que se encontrem apenas ocasionalmente e que se mantenham sempre ignorantes em relação às características do sistema em seu todo. As formigas não devem saber como se dá a dinâmica de trabalho no formigueiro, do contrário, todas elas passariam a desejar a ocupação dos melhores postos, ou dos menos cansativos para elas.

A metáfora parece bastante eficiente na explicação da dinâmica democrática que se propaga na atualidade. Através da internet e das redes sociais, o cidadão canaliza sua raiva e fica certo de que tem importante participação nos rumos tomados por aqueles que ocupam o poder. Segundo Empoli “Os engenheiros do caos compreenderam, portanto, antes dos outros, que a raiva era uma fonte colossal, e que era possível explorá-la para realizar qualquer objetivo a partir do momento em que se decifrassem os códigos e se dominasse a tecnologia.” (Empoli, 2024, P. 85)

A igreja, que durante muito tempo teria gerenciado a cólera social, perdeu protagonismo e o sentimento precisou, aos poucos, ser redirecionado, encontrando na política um desaguadouro conveniente. Os excluídos, lesados ou insuficientemente ouvidos – conhecidos pelos teóricos do populismo contemporâneo como *left behinds* – encontraram na internet o lugar ideal para canalizar este sentimento irresistível que atravessa, há tantos séculos, a humanidade. Trata-se de uma alteração substancial no *modus operandi* democrático. A raiva antes canalizada através de representações partidárias, entidades de classe ou sindicatos, passa a se expressar de forma individual, atomizando a vontade individual e tornando o fazer democrático um assunto privado, mais do que coletivo.

Através de uma guerra sacrossanta contra o *establishment*, os *left behinds* adotam uma chave interpretativa da realidade em que têm finalmente suas vozes libertadas dos códigos opressivos operacionalizados pela elite globalizante e politicamente corretas. Esta chave compreensiva encontra eco na internet e nas redes sociais através do fomento de teorias da conspiração que tem no medo, na indignação e no preconceito seu maior atrativo.

É bastante claro que, na atualidade, este modo de ver o mundo e de dividi-lo entre sagrado e profano, gera mais engajamento dos que os debates enfadonhos sobre propostas de campanha da velha política. É também através deste mecanismo, segundo Empoli, que os teóricos da conspiração mobilizam – através do falseamento da realidade – a ideia de um grande complô orquestrado pelos poderes mais ou menos ocultos das elites globais, realizando desta forma seus objetivos de poder.

As técnicas de guerrilha virtual também jogam um papel importante na engenharia do caos. Seus representantes muitas vezes realizam uma curadoria cuidadosa dos assuntos que serão mobilizados neste combate. Deste modo, são capazes de virar a força da mídia tradicional contra si própria, gerando robustos movimentos de opinião. Através desta maleabilidade na veracidade da informação e do malabarismo retórico, conseguem encaixar o falseamento da realidade nas narrativas conspiracionistas que propagam, sem importar se o que dizem é real ou não. O que importa realmente é que a teoria conspiratória siga sendo alimentada contra o *establishment* e que o ator político que a projeta siga atuando de forma autêntica e descomplicada, demonstrando na prática seu compromisso com a “verdade” e com a simplificação do fazer político.

Através da engenharia do caos, as campanhas políticas têm se transformado em verdadeiras guerras entre softwares. Nestas batalhas, atores políticos buscam multiplicar seu apoio popular e minar as bases adversárias através de uma lógica de destruição, que tem, muitas vezes no cancelamento, sua forma de estratégia mais eficaz.

Apoiando-se na lógica da destruição, a partir das teorias conspiratórias, este tipo de guerra rompe velhos antagonismos, como aqueles representados por progressistas e conservadores. Isto porque, temas como imigração e protecionismo, mobilizados exaustivamente pelos populistas europeus, rompem a velha dicotomia e colocam do mesmo lado político, atores de esquerda e de direita, progressistas e conservadores. O brexit e a plataforma política de Donald Trump são alguns dos exemplos que conseguiram minar a velha dicotomia e reunir velhos adversários em torno de uma mesma causa. Neste tipo de narrativa, constituída para captar qualquer tipo de eleitor, o único valor defendido é o da política enquanto entretenimento, sem importar o quadro ideológico que a emoldura.

Em outras palavras, a engenharia do caos tem se tornado responsável por minar as bases consensuais da estrutura democrática, ainda que possibilite sua manutenção enquanto ferramenta procedimental. Em regimes democráticos, mesmo debates assentados sobre antagonismos severos eram possíveis a partir do estabelecimento de bases comuns de consenso, em que visões de mundo, embora conflitantes entre si, não colocavam em jogo a todo momento a destruição do outro como primeira opção.

O rompimento deste consenso, segundo Empoli, nos coloca na era da política quântica, uma forma de existir onde nada é estável e em que a realidade objetiva não é palpável ou possível, uma vez que cada ator a transforma a partir da perspectiva de seu próprio ponto de vista. Na política quântica a versão de mundo que cada um de nós é capaz de enxergar fica invisível aos olhos do outro. Trata-se de uma realidade onde cada verdade se define provisoriamente em relação a outra e em que cada observador define sua própria verdade.

Neste cenário político, nos afastamos da racionalidade científica em que cada ação correspondia a uma reação. Naquela realidade, atores políticos podiam ser identificados com determinadas ideologias, valores, classes e territórios aos quais correspondiam respectivamente. Já na era da política quântica “Cada uma marcha dentro de sua própria bolha, no interior da qual certas vozes se fazem ouvir mais do que outras e alguns fatos existem mais do que outros.” (Empoli, 2024, P. 175)

Conclusões

Através desta breve inflexão nas ideias propostas por Santos e Empoli, a partir da noção de populismo formulada por Rosanvallon, podemos pensar alguns elementos fundamentais que tem transformado a democracia em um sistema relativamente instável, do qual a indeterminação e a mutação estruturais, têm passado a representar mais regra do que exceção. No caso dos golpes parlamentares, o poder muda de mãos através de vias não eleitorais, transformando o governo golpista em um novo ator político com superpoderes que não se curva às regras formais e informais do jogo democrático. Este procedimento coloca o “povo” em *stand by*, modificando

Marchesan Tauil, R.

seu papel de legitimador do poder público. A base popular que elegeu o governo golpeado passa a representar uma voz passiva em um cenário que participava antes como protagonista.

Com o processo de superespecialização das economias modernas e de seus respectivos processos tecnológicos, o tempo democrático passou a ser compreendido como inútil por aqueles que não compreendem a importância deste elemento na tomada de importantes decisões. Neste panorama, o processo eleitoral democrático também se tornou secundário, cansativo e ineficiente aos olhos das novas gerações, transformando o golpe parlamentar em “opção” célere e viável de transferência de poder.

Esta insatisfação se traduz na pluralidade de demandas que passa a inundar o sistema público, transformando-o numa instituição de formato comercial, no qual o eleitor se comporta mais como cliente do que como agente político que integra a vida coletiva. Neste sentido, agências reguladoras, entidades políticas e instituições de intermediação democrática passam a ser entendidas pelo eleitor como uma espécie de serviço de atendimento ao consumidor (SAC). Neste cenário, uma vez frustradas suas expectativas como consumidor, o eleitor passa a incentivar a tomada do poder sem importar como o novo governante é escolhido, se por vias eleitorais ou não.

As bases materiais, que outrora serviram como sustentáculo do fazer democrático, se alteraram, através de um processo de aceleração sem precedentes, transformando a democracia em um jogo monótono e sem graça e, neste cenário, a indivisibilidade dos efeitos das políticas públicas e o efeito reverso do próprio sistema, ajudam a deixá-la ainda menos palatável ao gosto dos cidadãos que esperam por respostas rápidas e eficientes neste processo.

Na engenharia do caos, o cenário político fragmentado e pressionado pela lógica de aceleração, proveniente das relações de produção neoliberal favorece também cada vez mais um fazer político instável, polarizado e radical. A disseminação do ódio e do caos são utilizados na mobilização de maiorias eleitorais. Os denominadores comuns que, ainda que com suas clivagens ideológicas, outrora, forneceram as bases de sustentação democrática, aparecem agora divididos e segregados, tornando impossível o estabelecimento de uma agenda mínima que avance em direção a um horizonte civilizatório comum.

A corrosão democrática é fruto também da dificuldade de atuação dos corpos intermediários da democracia. Esta dificuldade vem favorecendo o exercício de um tipo direto de democracia a partir de consensos fragmentados, capturados através de cliques e manipulados a partir de algoritmos complexos. Trata-se mais uma vez de uma forma mercantil de fazer política, onde o cidadão consumidor se acostuma a ter suas necessidades atendidas antes mesmo de terem sido totalmente formuladas.

A mutação democrática, nestes casos, é também proveniente das campanhas de comunicação individualizadas que transformam a democracia em um jogo de rivalidade radical, do qual o extremismo é seu representante mais fiel. Assim, a democracia deixa de ser o exercício do diálogo em busca de consenso, para se transformar na perseguição cega e egoísta dos objetivos individuais e particulares de uma fração pequena da sociedade. A democracia continua a existir como procedimento, mas sua essência, que tinha como objetivo o consenso e a construção de um horizonte coletivo, deixa de existir.

Esta forma de tecnopulismo pós-ideológico é liderado não por atores políticos tradicionais, mas por técnicos que representam interesses políticos e passam a fundar partidos e a conduzir o jogo político. Isto só é possível a partir de tecnologias que permitem a identificação precisa de padrões de comportamento. A compreensão e a medição do comportamento médio de amostras sociais tornam possível a previsão do agir e do fazer destes grupos e esta identificação possibilita o envio de mensagens e textos específicas para o eleitor de acordo com as características detectadas.

A comunicação política, antes exercida por representantes partidários, sindicatos e mídia, passou a ser

uma prerrogativa de especialistas que dominam a técnica das redes sociais e são capazes de realizar milhares de testes simultâneos para saber qual mensagem funciona e qual não funciona em determinados grupos de indivíduos. Também as redes possibilitam uma nova forma de participação política. Qualquer cidadão pode manifestar suas vontades, inquietações e insatisfações através das redes sociais. Para discursar não é mais necessário participar de longas reuniões partidárias ou ingressar nas lutas propostas por entidades de classe determinadas, basta escrever e clicar *enter*.

As indeterminações democráticas passam também pelas dificuldades enfrentadas pela mídia e pelos veículos de imprensa neste novo cenário. Antes tidos como fontes oficiais de informação, no qual se alicerçava o fazer democrático, a imprensa tem sido frequentemente acusada de falsear a realidade e de operar sempre em favor dos grupos políticos do *establishment*. A guerrilha virtual tem sido capaz de desmobilizar a imprensa, quitando sua credibilidade e fazendo, muitas vezes, com que sua força se volte contra si, através de massivos movimentos de opinião fomentados pelas redes sociais.

São estes e outros desafios que têm tornado o fazer democrático uma tarefa desafiadora no mundo contemporâneo. Diante de um cenário social instável, atores políticos tradicionais tentam se moldar a novas formas de atuação diante de um jogo complexo em que as regras ainda são pouco conhecidas. A ideia de indeterminação democrática de Rosanvallon contribui com a tentativa de compreensão das transformações pelas quais vem passando o jogo democrático e suas respectivas aporias estruturantes e, além disso, reacende nossa atenção, atentando para o fato de que o fazer democrático não se encerra em si mesmo. Na verdade, trata-se de um *work in progress* permanente do qual não se pode descuidar, sob o risco de vê-lo desaparecer diante de horizontes autoritários.

Referências

- Ablin, S. (2021). Populismos latino-americanos: problemas e perspectivas. *Eadem Utraque Europa*.
- Abromeit, J. (2017). A critical review of recent literature on populism. *Politics and Governance*, 5(4), 177–186.
- Amadeo, J., & Paula, G. (2021). A saga do populismo: momentos da história de um conceito. *Exilium: Revista de Estudos da Contemporaneidade*, 2(3), 365–402.
- Applebaum, A. (2021). *O crepúsculo da democracia: Como o autoritarismo seduz e as amizades são desfeitas em nome da política*. Record.
- Berman, S., & Snegovaya, M. (2019). Populism and the decline of social democracy. *Journal of Democracy*, 30(3), 5–19.
- Bossetta, M., & Husted, E. (2017). Introduction: Populism in the 21st century: Critical reflections on a global phenomenon. *Politik*, 20(4).
- Canovan, M. (2002). Taking politics to the people: Populism as the ideology of democracy. In Y. Mény & Y. Surel (Eds.). *Democracies and the populist challenge*. Pallgrave.
- Cassimiro, P. H. P. (2021). Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*.
- Castells, M. (2018). *Ruptura: A crise da democracia liberal*. Zahar.
- Cox, M. (2018). The rise of populism and the crisis of globalization: Brexit, Trump and beyond. In *The Post Cold War World* (pp. 239–247).
- Cunha, D., & Cassimiro, P. H. P. (2022). O populismo como modelo de “democracia polarizada”: a teoria do populismo de Pierre Rosanvallon à luz do debate contemporâneo.

Marchesan Tauil, R.

- Sociologias*, 24(59).
- De la Torre, C. (2018). Global populism: Histories, trajectories, problems, and challenges. In C. De la Torre (Ed.), *Routledge Handbook of Global Populism* (pp. 1–28). Routledge.
- Dean, J., & Maiguashca, B. (2020). Did somebody say populism? Towards a renewal and reorientation of populism studies. *Journal of Political Ideologies*, 25(1), 11–27.
- Empoli, G. D. (2024). *Os engenheiros do caos: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. Vestígio.
- Finchelstein, F. (2019). Populism without borders: Notes on a global history. *Constellations*, 26(3), 418–429.
- Freeden, M. (2017). After the Brexit referendum: Revisiting populism as an ideology. *Journal of Political Ideologies*, 22.
- Gerbaudo, P. (2023). *O grande recuo: A política pós-populismo e pós-pandemia*. Todavia.
- Gidron, N., & Hall, P. A. (2020). Populism as a problem of social integration. *Comparative Political Studies*, 53(7), 1027–1059.
- Grzymala-Busse, A., Kuo, D., Fukuyama, F., & McFaul, M. (2020). *Global Populisms and Their Challenges* (Report). Stanford University.
- Laclau, E. (2005). *On populist reason*. Verso.
- Lahuerta, M. (2020). Educação e política no contexto da crise contemporânea: Formação para a vida civil e o lugar público da escola. In C. Boto, V. M. Santos, V. B. Silva, & Z. V. Oliveira (Orgs.), *A escola pública em crise: Inflexões, apagamentos e desafios*. FEUSP.
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Zahar.
- Lynch, C., & Cassimiro, P. H. (2022). *O populismo reacionário: Ascensão e legado do bolsonarismo*. Editora Contracorrente.
- Melo, M. A., & Pereira, C. (2024). *Por que a democracia brasileira não morreu?* Companhia das Letras.
- Milner, H. V. (2019). Globalisation, populism and the decline of the welfare state. *Survival*, 61(2), 91–96.
- Mounk, Y. (2019). *O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la?* Companhia das Letras.
- Mudde, C. (2017). Populism: An ideational approach. In C. Rovira Kaltwasser, P. Taggart, P. Ochoa Espejo, & P. Ostiguy (Eds.), *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford University Press.
- Norris, P. (2020). Measuring populism worldwide. *Party Politics*, 26(6), 697–717.
- Norris, P., & Inglehart, R. F. (2019). *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge University Press.
- Noury, A., & Roland, G. (2020). Identity politics and populism in Europe. *Annual Review of Political Science*, 23, 421–439.
- Ortega, A. L. (2024). En los márgenes de la democracia liberal: Populismo, nacionalismo y radicalismo en Europa. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 185.
- Przeworsky, A. (2020). *Crises da democracia*. Zahar.
- Rosanvallon, P. (2021). *O século do populismo: Teoria, história, crítica*. Ateliê de Humanidades Editorial.
- Rosanvallon, P. (2015). *Le bon gouvernement*. Éditions du Seuil.
- Rosanvallon, P. (2011a). *La société des égaux*. Éditions du Seuil.
- Rosanvallon, P. (2011b). *Penser le populisme*. Le Monde.
- Rosanvallon, P. (2008). *La légitimité démocratique: Impartialité, réflexivité, proximité*. Éditions du Seuil.
- Rosanvallon, P. (2006). *La contre-démocratie: La politique à l'âge de la défiance*. Éditions du Seuil.
- Rosanvallon, P. (2000). *La démocratie inachevée: Histoire de la souveraineté du peuple en France*. Éditions

Gallimard.

Rosanvallon, P. (1998). *Le peuple introuvable: Histoire de la représentation démocratique en France*. Éditions Gallimard.

Rosanvallon, P. (1992). *Le sacre du citoyen: Histoire du suffrage universel en France*. Éditions Gallimard.

Sandel, M. (2023). *O descontentamento da democracia: Uma nova abordagem para tempos perigosos*. Civilização Brasileira.

Santos, W. G. (2017). *A democracia impedida: O Brasil no Século XXI*. FGV Editora.

Streeck, W. (2017). *O retorno do recalcado: O começo do fim do capitalismo neoliberal*. Piauí.

Streeck, W. (2013). *Tempo comprado: A crise adiada do capitalismo democrático*. Actual.

Tauil, R. M. (2018). Da crítica do populismo à vida pública: Considerações acerca da trajetória intelectual de Francisco Weffort. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 51.

Tocqueville, A. (2019). *A democracia na América*. WMF – Martins Fontes.

Tocqueville, A. (2016). *Antigo regime e a revolução*. WMF – Martins Fontes.

Urbinati, N. (2019). *Me the people: How populism transforms democracy*. Harvard University Press.

¹Este artigo é fruto das pesquisas realizadas com o financiamento da FAPESP, sob o número de processo 2023/08743-4.

²A ideia de democratura, segundo a teoria de Rosanvallon, descreve um governo autoritário que preserva uma aparência democrática. Nessa forma de regime, as instituições e os corpos intermediários da democracia operam de maneira aparentemente normal, mas o poder autoritário está mascarado por um verniz democrático.